

ADELAIDE DUARTE E JOÃO SOUSA ANDRADE HISTERESE DA TAXA DE DESEMPREGO DE EQUILÍBRIO

JOÃO REBELO E VICTOR MENDES O USO DO FACTOR TRABALHO NO SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

MARTA SIMÕES A UTILIZAÇÃO DE DADOS SECCIONAIS, CRONOLÓGICOS E MISTOS NO ESTUDO DA CONVERGÊNCIA REAL NA UE

CARLOS CARREIRA ECONOMIAS DE ESCALA NAS TELECOMUNICAÇÕES CELULARES PORTUGUESAS

NUNO VALÉRIO HISTÓRIA E INCERTEZA

JOAQUIM FEIO HAVERÁ UMA «MICROECONOMIA DA DROGA»?

Haverá uma «microeconomia da droga»?*



Joaquim Feio Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

«[...]the object of Economy is to maximise happiness by purchasing pleasure, as it were, at the lowest cost of pain.»

W. Stanley Jevons, 1871

«[...] le drogué est à la fois son propre bourreau et la victime. Il est à la fois le brigand et l'otage.»

Abbé Pierre, 1997

Hoje, a razão de ser parece ter de ser sobretudo «económica». Só parece eficaz, e só parece ter sentido, um comportamento que se conforme com critérios mercantis. A acção, individual e colectiva, justifica-se, antes de mais, por uma eficiência que respeite critérios e objectivos crematísticos.

Fenómenos como a toxicod dependência, sem margem para dúvidas, dizem respeito à realidade dos mercados: para as drogas, como todos sabemos, existe um mercado mundial e mercados regionais (continentais, nacionais e locais) quase sempre ilícitos para a totalidade, ou quase totalidade, dos produtos transaccionados. A oferta e procura de drogas afecta a economia de países produtores e de países predominantemente consumidores. A existência de fenómenos de segmentação de mercados, de efeitos derivados da existência de redes de distribuição e de efeitos macroeconómicos, para além dos custos sociais resultantes do fenómeno e da discussão de políticas públicas que os enfrentem, reforçam a exigência de explicações económicas.

Mais do que explicações económicas para vários aspectos dos problemas ligados à toxicod dependência, querem-se sobretudo linhas de argumentação fundamentada sobre as vantagens e desvantagens de uma eventual legalização das drogas ilícitas, que são responsáveis pela maioria dos custos (pessoais e sociais) ligados à toxicod dependência. Convocam-se e intimam-se, pois, os especialistas da teoria económica a adaptá-la de forma a melhorar a compreensão destes aspectos da realidade.

O esforço dos economistas tem consistido, como é habitual, em «maximizar» o rendimento da sua lógica e da sua terminologia. Tal pode favorecer a sua imagem junto de uma opinião pública, que é induzida a crer que tudo se pode reduzir, ou tudo se pode tentar reduzir, aos cânones do discurso económico como «sistema métrico da sociedade». De facto, tanto se discorre sobre uma geoeconomia (e geopolítica) como sobre uma «micro» e uma «macroeconomia» da droga. Este texto sintetiza uma breve reflexão sobre a possibilidade e utilidade de teorizar uma «microeconomia da droga». Por inclinação profissional, será encimado por uma alusão a Keynes.

* Este texto resulta da revisão de outro, que serviu de base à comunicação «A teoria económica e a questão da toxicod dependência» apresentada no simpósio «Da 'Coisa' ao Pensamento — da praça a Santo Agostinho», realizado na Curia a 14 e 15 de Novembro de 1997. A versão que aqui se apresenta beneficiou dos contributos que, nessa sessão de trabalho, foram apresentados pelos Professores Jorge Figueiredo Dias, Jacques Houart e Carlos Amaral Dias, assim como do debate que se seguiu. Apesar do carácter específico deste ponto de vista, é devido um agradecimento a esses especialistas de outras áreas. Também é devido um agradecimento a Paulino Teixeira pelas críticas e sugestões que formulou. O autor subscreve, obviamente, a responsabilidade integral pelo que aqui se afirma e formula votos para que se repitam estas ocasiões de convergência temática de várias especialidades.



1. E esta alusão é, precisamente, ao Keynes-pensador-da-política. Num texto de 1925, *Am I a Liberal?*, Keynes incluía as *drug questions* na agenda política (associando-as ao jogo compulsivo) e interrogava-se:

«[...] How far is bored and suffering humanity to be allowed, from time to time, an escape, an excitement, a stimulus, a possibility of change? — that is the important problem. Is it possible to allow reasonable licence, permitted Saturnalia, sanctified Carnival, in conditions which need ruin neither the health nor the pockets of the roysterers, and will shelter from irresistible temptation the unhappy class who, in America, are called addicts?» (Keynes, 1933 : 331-3).

Na verdade, Keynes iludia qualquer resposta e, naturalmente, preferia, de seguida, dar resposta a outras questões — económicas. No entanto, a simples inclusão do tópico na agenda política e a observação que se acaba de citar merecem reflexão.

Um economista como Keynes nunca iludiu a real importância da explicação económica dos factos sociais, mas também nunca a sobrevalorizou. No passo citado, o que ainda surpreende é a forma como percebe que as *drug questions* têm que ver com a resposta a necessidades de carácter simbólico que só encontram esta forma de consumo.¹ Pulsões que podem, contudo, ultrapassar os limites do «razoável» ou do «socialmente desejável», porque podem gerar comportamentos que ultrapassam a barreira da livre escolha e se tornam compulsivos. Das afirmações de Keynes, não transparece qualquer assimilação destes comportamentos aos comportamentos típicos do consumidor de qualquer produto indispensável à vida material (ou espiritual). Já que o consumidor, em princípio, exerce, embora com limites, a sua liberdade (soberania) de consumidor, a fim de satisfazer necessidades de vária ordem, mas facilmente reconhecíveis como aquelas que a generalidade dos bens reprodutíveis² pode e deve satisfazer.

Este aspecto parece-me dever ser o ponto de partida para qualquer reflexão «económica» sobre problemas ligados à toxicodependência ou sobre os fundamentos de uma «economia» do consumo de produtos que geram toxicodependência. Isto é:

antes de mais, quem consome «drogas» pretende satisfazer necessidades diferentes daquelas que os bens reprodutíveis podem, em geral, satisfazer.

Esta afirmação pode guiar-nos na reflexão sobre a abordagem que vamos examinar nesta exposição: a tentativa de reduzir o comportamento do consumidor de produtos que geram toxicodependência aos postulados com que a microeconomia neo-clássica define o consumidor típico ou representativo.

1 Do ponto de vista económico, o consumo é a concretização da satisfação de necessidades através da fruição de bens (coisas) ou serviços — as riquezas. A produção, distribuição e consumo das riquezas é o circuito que os economistas pretendem esclarecer. A constatação de que os produtos podem ser materiais ou imateriais é relevante, mas, nessa altura, a teoria «ortodoxa» não esclarece significativamente uma tipologia e uma hierarquia de necessidades.

2 A distinção entre bens reprodutíveis e bens não-reprodutíveis deve-se a David Ricardo. Ricardo, nos *Princípios de Economia Política e de Tributação*, esclarece que os primeiros são os que a indústria do homem põe ao seu dispor em larga escala, os segundos são únicos ou quase únicos.

3 Para facilitar a leitura aos não economistas, saliente-se que este instrumento, proposto por Alfred Marshall no final do século XIX (Marshall, 1891: 160-174), é uma medida da variação da quantidade consumida de qualquer bem provocada por uma variação do preço. Supondo que o consumidor normal tende a consumir uma menor quantidade de qualquer bem quando o seu preço aumenta, este instrumento permitiu compreender melhor as particularidades de consumos (ou consumidores) diferentes. Se a elasticidade procura-preço de um bem for igual a 1, isso significa que perante um aumento ou diminuição do preço de um bem, o consumo do mesmo diminui ou aumenta na mesma proporção. Para certos bens, todavia, a reacção pode ser outra. Pode mesmo não haver reacção, isto é, a quantidade procurada (consumida) não varia quando o preço varia. Sobre o que representa a elasticidade como forma de «complicar» a Economia, note-se que, cronologicamente, aparece depois dos princípios fundamentais do marginalismo terem sido estabelecidos, a partir de 1870.



2. Este tipo de abordagem tem procurado dar resposta à questão de saber se o consumidor de produtos que geram toxicod dependência responde a estímulos como os preços da mesma forma que se «modeliza» para o típico consumidor de qualquer produto necessário, sobretudo, à vida material. Assim, trata-se de indagar da «normalidade» ou «racionalidade» deste modo de consumo, apesar do seu carácter em parte «normal», em parte «atípico». Por razões que podem ter que ver com o estímulo vindo de outras áreas, como a criminologia, a elasticidade procura-preço³ tem sido o instrumento central para estas abordagens.

Este filão pode pura e simplesmente ser abortado como forma de compreender o comportamento do consumidor de produtos que geram toxicod dependência se se concluir que este tipo de consumidores não responde aos estímulos que, em princípio, são as variações de preços, mas apenas a pulsões irremovíveis de consumo típicas do comportamento toxicod dependente. Neste caso a teoria económica só se pode render à evidência da «irracionalidade» deste tipo de consumo. Os modelos que, de há trinta anos a esta parte, têm vindo a ser propostos têm procurado não se render a esta evidência. Assim, tem-se procurado sustentar a «racionalidade» do consumidor de drogas apesar das particularidades associadas a este tipo de consumo.⁴

Os primeiros modelos a explorar esta via partiram de uma hipótese de inelasticidade do consumo de drogas, isto é, de que a procura não reagia a uma variação do preço. O que também se podia traduzir por um aumento da criminalidade associada ao aumento do preço das drogas ilegais como forma de o toxicod dependente-delinquente poder fazer face ao aumento de preço para continuar a satisfazer os seus níveis de consumo (Kopp, 1997: 29-30).

A enumeração destes modelos, e dos seus autores, não parece absolutamente necessária neste contexto. Mencione-se o facto deste tipo de trabalhos ter tido origem nos Estados Unidos da América desde a década de 1960, e também a de ter funcionado como referência para estudos empíricos, que, baseados em estatísticas rigorosas, permitiram a elaboração de indicadores sobre o comportamento dos consumidores.

Toda a evolução posterior de modelos que testam hipóteses de existência de elasticidades diferenciadas, elasticidades cruzadas (o efeito que o aumento do preço de um produto vai ter no consumo de outro) vão «complicando» os modelos e discutindo aspectos como, por exemplo, um efeito do aumento do preço da heroína e a propensão para um consumidor se submeter a programas de recuperação (Kopp, 1997: 31).

Sempre nesta linha, e mais recentemente, surgem os trabalhos de Gary Becker com Stigler em 1977 e, mais tarde, de Becker com Murphy, e com Murphy e Grossman⁵. Becker e os beckerianos sustentam obviamente o carácter «racional» do consumidor de produtos que geram toxicod dependência e, assim, o artigo com que se reacende a sua incursão neste domínio intitula-se «A Theory of Rational Addiction» (Becker e Murphy, 1988). Por outras palavras, entrando em linha de conta com as específicas características do consumo de drogas, considera-se que a procura de produtos que geram toxicod dependência reage aos estímulos constituídos pela variação de preços. Estes e outros estudos estimularam o cálculo empírico de indicadores como elasticidades procura-preço de produtos que geram toxicod dependência, e fundamentaram algumas conclusões relevantes como as que Becker, Grossman e Murphy sustentaram na comunicação apresentada com o título de «Rational Addiction and the Effect of Price on

⁴ Todo o consumidor «racional» comporta-se segundo hipóteses que a teoria económica oitocentista, em particular da escola neo-clássica ou marginalista, desenvolveu a partir da introdução da «dor» e do «prazer» como objectivos últimos que qualquer agente económico procura minimizar e maximizar. O cálculo económico é assim em última instância o resultado da interacção entre o que se faz para procurar prazer —utilidade—, logo, satisfação, e o que se incorre em dor —desutilidade— para o obter (Jevons, 1871: 22).

⁵ Becker, como é sabido, foi galardoado com o Prémio Nobel da Economia e tem prosseguido, ao longo da sua carreira de economista, uma linha clara: aplicar os principais resultados desenvolvidos pela microeconomia «ortodoxa» à compreensão dos mais variados aspectos do comportamento humano, das escolhas de vida, como o casamento e o divórcio, à opção entre «crime e castigo».



Consumption» ao *Meeting* de 1990 da American Economic Association. Aqui, a variação das quantidades procuradas tem em conta duas características do consumidor de drogas — a dependência (*reinforcement*) e a habituação (*tolerance*) — e é elucidativo citar as conclusões a que chegam os autores:

«[...] Our analysis predicts that much lower prices could significantly expand use even in the short run, and it would surely stimulate much greater addiction in the long run.»

[...]

«The effects of a fall in drug prices on demand would be countered by the education program. But since drug use by the poor would be more sensitive to the price fall than to greater information about harmful long-run effects, drug addiction among the poor is likely to become more important relative to addiction among the middle classes and the rich. For similar reasons, addiction among the young may rise more than that among other segments of population.»

[...]

«Clearly, we have not provided enough evidence to evaluate whether or not the use of heroin, cocaine, and other drugs should be legalized. A cost-benefit analysis of many effects is needed to decide between a regime in which drugs are legal and one in which are not.» (Becker *et al.*, 1991 : 240-1)

Desta longa citação, pode inferir-se como não são fáceis as perspectivas de defender, de modo evidente, a partir de uma análise económica de custos-benefícios, certas medidas como a legalização das drogas e, em particular, das chamadas drogas «duras».

Outros modelos exploraram aspectos que se relacionam com o consumo de produtos que geram toxicodependência, atendendo, por exemplo, ao facto de haver uma preferência deste tipo de consumidores pela especialização neste único consumo, ao invés do que é habitual com o consumidor típico que opta por alargar o seu «cabaz» de bens consumíveis, e também por que razão o grau de satisfação obtido pelo consumidor destes produtos tende a diminuir com o seu consumo prolongado, também ao invés das hipóteses tradicionais da teoria microeconómica.

O cepticismo com que muitas vezes se encara este tipo de modelos não deixa de ter fundamento. Como, na verdade, não passam de exercícios, têm a vantagem de iluminar a discussão sobre estes temas e, naturalmente, limitam aquilo que se pode pedir a um contributo para um debate sobre escolhas sociais baseado na versão marginalista da teoria económica.

Antes de prosseguirmos, retomemos o passo de Keynes que citei. Ou melhor, deixemos as seguintes interrogações:

Que pulsões tão difíceis de capturar pela teoria económica regem o consumo deste tipo de produtos? Por exemplo, por que razão este consumo também não se atém à «racional» restrição orçamental (*budget constraint*) que condiciona o típico consumidor «racional»?⁶

3. Duvido que a teoria económica possa fornecer respostas a estas questões: o comportamento do consumidor de produtos que geram toxicodependência só pode ser esclarecido se se esclarecer — e não é a teoria económica que o fará — o porquê da toxicofilia. Keynes, como foi referido, incluía as *drug questions* na agenda política, mas não as abordava como matéria analisável pela teoria económica convencional. Liminarmente, sugeria que as «drogas» (e o jogo compulsivo) eram um *Ersatz* do consumo de «bens simbólicos» que sempre foram indispensáveis à existência humana. Mas não adiantava, pelo menos naquele texto, qualquer outra explicação.

6 A este propósito, é relevante notar que o discurso que associa o consumo de produtos que geram toxicodependência à criminalidade que o consumidor pratica para aumentar o rendimento que lhe permite fazer face às necessidades de consumo, não é conclusivo (Kopp, 1997: 41).



Seria curioso imaginar qual seria a reacção de um mestre-economista como Keynes perante o panorama actual de uma economia-mundo da droga que chega a ser vista como um negócio de maior vulto que o do petróleo (Grimal, 1993:108). Um negócio em que as responsabilidades não se repartem provavelmente de forma simétrica entre países produtores — e subdesenvolvidos — da Ásia, da América e cada vez mais de África, e países predominantemente consumidores — e predominantemente desenvolvidos — da Europa e da América, e países onde o circuito financeiro «lava» e portanto regenera os fluxos gerados pelos circuitos de produção e distribuição desta mesma economia-mundo — «paraísos» e «purgatórios» fiscais que são amplamente conhecidos e identificáveis.

Já dissemos atrás que alguns exercícios microeconómicos podem ter uma utilidade inegável. O estudo das modalidades de formação do preço das drogas duras, como produtos ilícitos que geram toxicod dependência e custos sociais elevados, também pode ter uma manifesta utilidade. Contudo, como Pierre Kopp salienta, «um melhor conhecimento da oferta é, no entanto, indispensável» e «o custo social da droga continua impreciso» (Kopp, 1997b: 219).

Por outro lado, a compreensão do mercado global dos estupefacientes ilegais, como a cocaína, a heroína e a *cannabis*, ou seja a geoeconomia e geopolítica da droga pode ser frutuosa e levar à formulação de uma «Economia Política» da droga. As tentativas nesse sentido, que implicam a tentativa de compreender o peso dos sectores narco-produtores, assim como as implicações macroeconómicas do narco-tráfico (e até do narco-terrorismo ou narco-guerrilha) para países produtores e para as políticas de «guerra à droga», são elucidativas (Labrousse, 1994; Schiray, 1994; Salama, 1994). A compreensão dos circuitos financeiros e dos interesses ligados à «lavagem» dos fluxos originados pelo mercado ilícito e global da droga progride (Delpirou, Labrousse, 1986; Couvrat, Pless, 1989; Ziegler, 1990; Labrousse, 1991; etc.).

Todavia, as interrogações persistem.

As substâncias que se transformaram nas principais mercadorias do mercado mundial da droga são o resultado do progresso da química no século XIX (Brie, 1991, em Grimal, 1993 : 17-20). As razões que levaram ao seu uso mais generalizado e massificado não são, por certo, estranhas a toda a grande transformação que as sociedades conheceram a partir da primeira e das sucessivas Revoluções Industriais, que são só um importante aspecto de toda a trajectória que podemos referir como a da «conquista» da Modernidade.

A Economia Política jogou um papel decisivo em todo este processo. O discurso económico sistematizou a relação causal entre crescimento da riqueza e «melhoramento» da sociedade. Mas as interpretações que, ao longo da sua evolução, foram sendo propostas revelam como, para muitos autores, são problemáticos os efeitos gerados (Hirschman, 1996: 222-237). Só sublinho esta circunstância para, no contexto da actual discussão do problema, onde predominam os não-economistas, tornar claro o carácter controverso ou ambivalente de muitos dos «trabalhos» dos economistas.

Ora, quando os economistas começaram a «modelizar» uma microeconomia ou uma macroeconomia da droga não se libertaram das próprias limitações do discurso económico. Contudo, algumas contribuições procuraram evidenciar que o consumidor de produtos que geram toxicod dependência não se distingue por completo de um consumidor («racional»). A existência de outros tipos de consumos que geram dependência, mas são legais, como o consumo de tabaco, bebidas alcoólicas ou o jogo compulsivo reforçariam as hipóteses em que assenta esta tese (Becker *et al.*, 1991: 240)⁷.

Kopp, na conclusão do seu recente livro, também não hesita em afirmar que:

⁷ A mania de coleccionar, que também pode ser compulsiva, e outros comportamentos compulsivos de consumo deveriam ou não ser incluídos entre os comportamentos de consumo não típicos a estudar e a confrontar com o consumo compulsivo de produtos que geram toxicod dependência?



«Está doravante assente que os consumidores de droga não ficam insensíveis aos sinais de mercado. Reagem às alterações dos preços das drogas, substituindo um produto por outro e, para alguns, restando o seu consumo.» (1997b: 217).

E acrescenta:

«Claro que os estudos sobre a elasticidade da procura são ainda balbuciantes.» (*idem*).

Estas e outras observações do autor não o impedem de concluir que

«a progressão dos conhecimentos é, no entanto, encorajante, e a análise económica não constitui em nada um parente pobre na matéria.» (1997b: 219).

Para um economista que não se conforme com a teoria económica «padronizada» ou o *mainstream* dominante sobretudo na América do Norte, estas conclusões parecerão insuficientes. Basear escolhas (decisões) sociais neste tipo de modelos tanto pode conduzir a conclusões contidas como as de Becker, Grossman e Murphy que citei atrás, como a conclusões que defendem abertamente políticas de liberalização total da venda de drogas duras apesar de a redução de preços conseqüente poder fazer disparar o consumo, mas diminuir (eventualmente) a criminalidade (*The Economist*, 1997: 30).

Esta é, com certeza, uma confissão de desalento de um economista relativamente àquilo que se pode pensar que deva ser a vocação da Economia, ou melhor da Economia Política: um discurso que pode contribuir para «melhorar» a compreensão da sociedade proporcionando, como diz Hirschman, «um melhor entendimento das interações *contínuas* entre política e economia» (Hirschman, 1996: 254).

4. A sociologia, no entanto, pode enriquecer o discurso económico. Em particular nesta matéria, porque compreendeu que o consumo de drogas corresponde a «práticas de multiplicação artificial da individualidade numa sociedade que exige uma afirmação cada vez maior do «eu» (Ehrenberg, 1994: 74). Ou seja, o que dá valor a produtos como os que geram toxicod dependência, o que os torna desejáveis, e logo passíveis de circulação mercantil, transcende as necessidades que são satisfeitas pela generalidade dos bens reprodutíveis. Mas, como sugerimos, a teoria económica «padronizada» aborda de um modo redutor a hierarquia das necessidades.

Ver a necessidade como ponto de partida da actividade económica e, por conseqüência, da própria teoria económica é subentendido pela abordagem utilitarista que reconhece lidar com «the ordinary wants of man at the least cost of labour» (Jevons, 1871: 32). Em qualquer manual de grande difusão, já neste século, se pode reconhecer, como faz Todd, que:

«*The definition of Economics as the science of human efforts to supply human wants indicates the two sides of the question — efforts and wants, supply and demand.*» (Todd, 1935: 28).

Mas nada se acrescenta. Nesta mesma época, outros grandes divulgadores, como Gide, tentam ser mais precisos, explorando este domínio. Reportando-me só ao tema que hoje nos ocupa, Gide salienta no *Cours d'Économie Politique*:

«[...] il y a chez tous les hommes un besoin physiologique de stimulant et de narcotique, dont les causes sont d'ailleurs mal connues, mais qui s'ignore longtemps que l'alcool, le tabac, l'opium, la morphine, etc., n'ont pas été trouvés: de ce jour seulement ces objets ont été désirés et, à cause d'eux, le petit verre, la pipe à fumer ou la seringue Pravaz.» (Gide, 1926: 47, em nota).

A necessidade, segundo Gide, se a inovação o permitir, só se concretiza com o desejo. Quanto às necessidades (desejos?) que acabo de referir são adiante classificadas de modo claro: são *nocivas*. Para Gide, sem recorrer a modelos assentes em hipóteses de «racionalidade» do consumo de produtos que geram toxicod dependência, a conclusão era só uma:

«[...] quand il s'agit de besoins factices ou nocifs, tels ceux qui ont pour objet l'alcool, l'opium, on sait que le meilleur et même le seul moyen de les supprimer, c'est de leur refuser toute satisfaction.» (Gide, 1926: 54).



Nada disto impede que um bem que satisfaz uma «necessidade» ou «desejo» do tipo agora mencionado tenha valor. O valor, diz Gide, depende da «*désirabilité*», qualquer que ela seja, de um bem. E, a propósito, esta característica que é *subjectiva* não podia ser definida por melhor termo. A utilidade nasce do desejo — «*elle naît quand le désir s'éveille, elle s'évanouit sitôt qu'il s'éteint*». Como expressão, *désirabilité* é mais clara, porque dos «dois termos da relação, o **homem e a coisa**, põe em primeiro lugar [o **homem**], [enquanto] utilidade põe em primeiro lugar [a **coisa**]». (Gide, 1926: 56).

Mas o valor diz respeito à relação entre coisas, embora dependa de uma relação *subjectiva* do homem com a coisa que só a saciedade pode extinguir. E toda a teoria do valor-utilidade vai repousar na lei da saciedade. A abundância faz com que um bem deixe de ser desejável quando se atinge a saciedade.⁸ Gide subscreve os princípios fundamentais da teoria do valor-utilidade e deixa cair a possibilidade de um contributo mais original e frutuoso. Mesmo assim, apercebe-se que o Progresso teria consistido, sobretudo, na multiplicação infinita das necessidades, embora:

«[...] la multiplication des désirs et des objets de ces désirs, autrement dit des richesses, n'a pas de lien nécessaire avec l'accroissement du bonheur.» (Gide, 1926: 49)

Estamos longe da crença na possibilidade de «maximização da felicidade», que Jevons enunciava em 1871, e com que em epígrafe encimamos este texto, e deparamos com uma exposição dos principais postulados da teoria económica marginalista. (Jevons, 1871; Marshall 1891: 145-149, por exemplo) em que aflora uma aporia, porque ora parece prevalecer a *utilidade* (que privilegia a coisa) ora parece prevalecer a *désirabilité* (que privilegia o homem). O discurso anterior de Gide, para o caso específico de produtos que geram toxicod dependência, era claro: associava-os a desejos, que a inovação transformava de potenciais necessidades fisiológicas em «necessidades nocivas». Com esta última citação, percebemos como questiona o sentido do Progresso ou a marcha da civilização.

Mas, para que possa começar a esclarecer-se melhor o sentido das interrogações que expusemos, convém continuar a explorar a temática das necessidades.

5. Na hierarquia das necessidades, algumas são «orgânicas», e outras não. Sílvio Lima, numa obra pouco conhecida, datada de 1940 e intitulada *Serão luxos a ciência e a arte?*, fixa apenas dois tipos: necessidades orgânicas e espirituais, admitindo que, nalguns indivíduos, as segundas possam «superar» as primeiras (Lima, 1940: 22), e nota que um autor — Belot —, ao seguir rigidamente esta classificação, considera o jogo compulsivo, o tabagismo e o utilismo como fruto de uma «inversão da escala das necessidades». A verdade é que este tipo de observações pode suscitar algumas pistas úteis para a discussão económica das questões ligadas à toxicod dependência.

Como afirma um sociólogo já citado — Ehrenberg —, as drogas foram alternativa à «alienante liberdade oferecida pelo consumo». Ehrenberg não hesita em afirmar que, na sociedade de consumo de massas, entre as décadas de 1960 e 1980:

«[...] Les drogues ont été le moyen de marier harmonieusement les deux catégories modernes de la vita activa: l'accès à la chose publique et la possibilité de construire pour soi-même une vie meilleure, d'unir la passion publique et la passion privée.» (Ehrenberg, 1994 : 75)

Nada disto desmente o que alguns economistas possam alguma vez também ter dito, mas não se concilia com o carácter redutor dos postulados acerca das necessidades, de que parte o discurso de uma «microeconomia da droga».

⁸ Segundo uma «law of satiable wants» ou «law of diminishing utility» (Marshall, 1891: 150).



A intuição de Keynes sobre o modo como se havia de permitir a «uma humanidade entediada e sofredora» escapar a tal condição anteviu uma resposta de índole política. Mas não num sentido análogo ao que se pode inferir de uma leitura da obra de Marx como filósofo e economista-crítico ou crítico da Economia Política⁹. Com efeito, Keynes, sobre esta e outras formas de consumo que visam satisfazer necessidades «simbólicas» apercebeu-se da sua importância e complexidade, sem cair na tentação de as querer explicar de modo «economicista».

Mas se a «racionalidade» económica da toxicodependência hodierna está decerto ligada à «grande transformação» que, nas sociedades modernas, permitiu criar as bases materiais para o esplendor do individualismo e do hedonismo, já a secularização e, com esta, o declínio das religiões — e até das religiões laicas ou sociais —, também poderá ter contribuído para uma evicção da satisfação, em moldes tradicionais, de necessidades simbólicas. E como pode a teoria económica traduzir tanta complexidade no seu discurso? Só através das relações entre coisas — os valores — que os mercados reconhecem?

Sobre isso, os economistas dividem-se. E erram. Ou caminham, quando não esqueceram como se caminha e não ficam sequestrados pela sua lógica ou pela sua linguagem. Mas a teoria económica, tal como as drogas, para Bruce Chatwin, pode ser o «veículo daqueles que esqueceram como se caminha».

⁹ Marx classificava, na esteira de Adam Smith, as necessidades como «necessárias» e de «luxo» ou ainda como «verdadeiras» e «imaginárias». Refira-se ainda que, na estrutura de necessidades considerada pelo discurso marxiano, o conceito de necessidades «radicais» é particularmente importante, embora pouco glosado (Heller, 1976: 35).

Referências Bibliográficas



- Abbé Pierre (1997) *Mémoire d'un croyant*, Paris, Fayard.
- Becker, Gary *et al.* (1991) Rational Addiction and the Effect of Price on Consumption, *Papers and Proceedings of the American Economic Association*, 81, no.2, Maio de 1991, 237-241.
- Becker, Gary; Murphy, Kevin (1988) A Theory of Rational Addiction, *Journal of Political Economy*, August, 96, 675-700.
- Brie, C. de (1991), *Le Monde Diplomatique*, Outubro 1991; agora em Grimal (1993), 17-20.
- Chatwin, Bruce (1997) *Anatomia da Errância*, Lisboa, Quetzal.
- Couvrat, Jean-François; Pless, Nicolas (1989) *La face cachée de l'économie mondiale*, Paris, Hatier.
- Delpirou, Alain; Labrousse, Alain (1986) *Cocacoke*, Paris, La Découverte.
- Ehrenberg, Alain (1994). Les drogues, un multiplicateur d'individualité, *Futuribles*, 185, 73-76.
- Gide, Charles (1926) *Cours d'Economie Politique*, Paris, Recueil Sirey.
- Grimal, Jean-Claude (1993) *L'économie mondiale de la drogue*, Paris, Le Monde-Éditions.
- Heller, Agnes (1976) *The Theory of Need in Marx*, Londres, Allison & Busby.
- Hirschman, Albert O. (1996) *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*, S. Paulo, Companhia das Letras.
- Jevons, William Stanley (1871) *The Theory of Political Economy*, London - New York, Macmillan.
- Keynes, John Maynard (1933) Am I a Liberal?, *Essays in Persuasion*, Londres, Macmillan, 323-338.
- Kopp, Pierre (1997a) *L'économie de la drogue*, Paris, La Découverte.
- Kopp, Pierre (1997b) *A economia da droga*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Labrousse, Alain (1991) *La drogue, l'argent et les armes*, Paris, Fayard.
- Labrousse, Alain (1994) Géopolitique de la drogue. Les contradictions des politiques de «guerre» à la drogue, *Futuribles* 185, 9-22.
- Lima, Sílvio (1940) *Serão luxos a ciência e a arte?*, s.l., s.n.
- Marshall, Alfred (1891) *Principles of Economics*, Londres, Macmillan (2ª edição).
- Ricardo, David (1975) *Princípios de Economia Política e de Tributação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (para a tradução portuguesa).
- Salama, Pierre (1994) Macro-économie de la drogue dans les pays andins, *Futuribles*, 185, 43-56.
- Schiray, Michel (1994) Les filières-stupéfiants: trois niveaux, cinq logiques. Les stratégies de survie et le monde des criminalités, *Futuribles*, 185, 23-42.
- Stigler, George; Becker, Gary (1977) De Gustibus Non Est Disputandum, *American Economic Review*, 67, 76-90.
- The Economist* (1997) Shopping for drugs policy, August 16th, 29-30.
- Todd, John A. (1935) *The Science of Prices*, London e Oxford, Humphrey Milford e Oxford University Press.
- Ziegler, Jean (1990) *La Suisse lave plus blanc*, Paris, Seuil.